

<sup>1</sup> Menção a uma fala do delegado Pedro Voltolini, no período da campanha de nacionalização, no Estado Novo (1937-1945), recordada por Assis Cadorin em depoimento concedido no dia 26 de fevereiro de 2001, na cidade de Nova Trento, como se verá mais em detalhe a seguir.

<sup>2</sup> Aluna do curso de História e bolsista do PIPG. E-mail: carolcubas@terra.com.br

<sup>3</sup> Mestrando em Educação pela Univali. E-mail: i.venera@bol.com.br

<sup>4</sup> Doutor em História Social pela USP, professor do Mestrado em Educação da Univali e da Udesc. E-mail: luiz.felipe@lycos.com

<sup>5</sup> Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, para dissertação de Mestrado em Educação da Univali, sobre os impactos e enfrentamentos provocados pela campanha de nacionalização nos municípios de Itajaí, Nova Trento, Brusque e Botuverá, em Santa Catarina, e conta com a bolsa do PIPG (Programa Integrado de Pós-Graduação e Graduação). A pesquisa também está inserida no Centro de Estudos e Documentação sobre Imigração Italiana - SC (Cedi), do Centro de Educação Superior de Ciências Humanas e da Comunicação (Cehcom) da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

# “SACRAMENTA! EU NÃO QUERO QUE NINGUÉM FALE ITALIANO”: política do silêncio e educação em Nova Trento<sup>1</sup>

CAROLINE JQUES CUBAS<sup>2</sup>  
JOSÉ ISAÍAS VENERA<sup>3</sup>  
LUIZ FELIPE FALCÃO<sup>4</sup>

## Resumo

O artigo procura analisar a memória coletiva de descendentes de imigrantes italianos em Nova Trento, no Estado de Santa Catarina, Brasil, acerca dos impactos e enfrentamentos provocados pela campanha de nacionalização desfechada pelo governo brasileiro entre os anos de 1938 e 1945. Focaliza especialmente suas repercussões na obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, no ensino e nos processos educativos de modo geral. Para tanto, foram realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram tais situações, a fim de identificar o que ficou retido enquanto mais significativo daqueles episódios. Com isto, pretendeu-se perceber o que a memória guardou de tudo aquilo, e especialmente em que medida foram afetadas as representações identitárias dos indivíduos atingidos pela campanha<sup>5</sup>.

## Abstract

The aim of this article is to analyse the collective memory of the descendents of Italian immigrants in Nova Trento in the State of Santa Catarina, Brazil, concerning the impacts and confrontations caused by the Brazilian Government's nationalization campaign, which was carried out between 1938 and 1945. It focuses mainly on the consequences of the obligatory use of the Portuguese language in teaching and education in general. To achieve the aim of identifying

the most significant recollections from those events, people who experienced that situation were interviewed. The intention was to discover how much the memory retained from the experience, and in particular, to what extent the identity representations of the individuals involved in the campaign was affected.

## Palavras-chave:

Educação, memória, identidade, nacionalização, censura.

## Introdução

Milan Kundera abre seu livro *A insustentável leveza do ser* descrevendo a memória como um retorno. Ao folhear um livro sobre Hitler, encontrou-se emocionado diante de algumas fotos pois elas lhe lembravam o tempo de infância: “*eu a vivi durante a guerra; diversos membros de minha família foram mortos nos campos de concentração nazista*”. É assim que para Kundera as “*nuvens alaranjadas do crepúsculo douram todas as coisas com o encanto da nostalgia, inclusive a guilhotina*” (1985, p. 10).

Tanto quanto a fotografia produziu um discurso a partir do olhar do literato, outras linguagens podem despertar sentidos. Foi isto, exatamente, o que ocorreu em meio aos depoimentos que colhemos em Nova Trento, Estado de Santa Catarina, entre fins de 2000 e o primeiro semestre de 2001, com descendentes de imigrantes italianos, visando registrar e interpretar lembranças relacionadas com as décadas de 30 e 40. A cidade, colonizada por trentinos<sup>6</sup>, cultiva hábitos e tradições identificados, quer por seus moradores, quer por visitantes ou intelectuais de outras procedências, como italianos. Entre eles, o dialeto talvez seja a referência mais significativa, uma vez que ainda é mantido por boa parte dos habitantes, principalmente os mais velhos.

Diante de numerosas falas, percebemos que há discursos que se referem à origem, ao sangue, à família, ao trabalho, à língua, à religião, à cultura e à identidade, os quais se encontram entrelaçados na memória e nas referências à atualidade, sendo que neles ainda estão muito vivas as recordações das arbitrariedades e violências sofridas há décadas devido ao uso da língua materna. Antonio Cipriani, por exemplo, mesmo aos 82 anos recorda do tempo em que foi preso, junto com mais dez amigos. Presos por falar italiano. Mas, presos por quem? “A lei tinha que ser cumprida”<sup>7</sup>, responde. Seus executores, “era o delegado, era polícia, era tudo daqui, era tudo italiano daqui”. Solto, Cipriani voltou a trabalhar, mas alguns de seus amigos permaneceram presos. Foram “judaídos”, “porque não queriam falar em brasileiro”. Eram “quatro ou cinco” e “respondiam em italiano”.

Em outro momento, o entrevistado se refere ao delegado Pedro Voltolini, que queria prender a própria mãe. “Dio! Queria prender a mãe no fim”, isto porque ela “falou o italiano em casa, na cozinha”. Esta atitude do filho parece ainda mais estranha se considerado que a referida senhora, segundo Alvira Cipriani, só

<sup>6</sup> Lembrando que até o ano de 1919 a região de Trento pertencia ao Império Austro-Húngaro sendo então anexada à Itália. Quanto à imigração de trentinos para o Brasil, somente em 1875 aparecem as primeiras evidências de trentinos “*ao lado dos alemães em terra brasileira*” (Grosselli, 1985, p. 77).

<sup>7</sup> Antonio Cipriani nasceu em 21 de maio de 1918. Trabalhou cerca de 27 anos como contra-mestre na fábrica de tecidos Renaux S/C. Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2001, Nova Trento.

sabia falar italiano. Antônio Cipriani, ainda, comenta de outro morador da cidade, Sandro Darli, que ao falar “dame um trago valá” foi preso por um policial que estava próximo. Os amigos “quiseram soltar ele, mas não agüentou não” e foi “da paixão<sup>8</sup>, da paixão, lá na cadeia” que “daí a um ano, nem um ano, morreu”. Segundo o entrevistado, as pessoas achavam que quem ia para a cadeia “ficava sujo<sup>9</sup> para o resto da vida”.

<sup>8</sup> O termo paixão pode ganhar vários sentidos e o próprio dicionário

Aurélio nos mostra isso.

No entanto, há uma significação pertinente para seu uso que não é muito corriqueira na fala atual do português no Brasil: “desgosto, mágoa, sofrimento”, associado na religiosidade católica ao martírio de Cristo e dos santos. Entretanto, esta é a aceção dominante no dialeto trentino mais antigo, e é com este significado que o termo

continua sendo empregado pelos habitantes de Nova Trento, o que explica a sua referência em relação aos sentimentos de um indivíduo que fora preso.

<sup>9</sup> A expressão se “sujou” marca uma posição de perigo frente às

autoridades. Em uma pesquisa, realizada por Anita Moser acerca das arbitrariedades cometidas durante o Estado Novo sobre os colonos descendentes de italianos em Santa Catarina, a expressão é utilizada para caracterizar violências

“especificamente psicológicas e simbólicas”. Quem passava pela cadeia era constantemente

amedrontado; “espionagem constante, a invasão de espaços privados, o roubo, e a extorsão, a ofensa, a delação, caíram (...) sobre pessoas” (Moser, 1995, p. 111).

Nesses relatos temos, em especial, três questões importantes: (1) a censura, principalmente pela proibição do uso do dialeto, e suas repercussões na vida escolar; (2) a mudança de posição do sujeito, como no caso do delegado Pedro Voltolini, descendente de italiano que sustentou a campanha de nacionalização; (3) o jogo das identidades diante das tensões políticas, principalmente, no período do Estado Novo, entre 1937 e 1945.

## Censura e silenciamento

Há um sentido muito explícito entre grande parte dos habitantes de Nova Trento: a relação com o dialeto e a memória decorrente de uma construção histórica. Isto, decerto, contrasta com qualquer pretensão de uniformização cultural baseada na colonização portuguesa do Brasil, como a empreendida pelo Estado Novo para construir a “imagem de uma sociedade una, indivisa e homogênea”. Naquela época, assim como hoje, os contrastes étnicos e culturais eram marcantes, levando as autoridades a advogarem “*um controle social que normalize, uniformize e totalize o conjunto da vida social em nome de um valor dominante que pressupõe a identificação entre o público e o privado, o Estado e a sociedade civil*” (Dutra, 1997, p. 16).

Para levar a cabo tal empreitada, as autoridades do Estado Novo adotaram, a partir de 1938, diversos decretos a fim de punir qualquer ação que fosse considerada ameaça à integridade nacional. Assim, foi proibido o uso de língua estrangeira no país, ou seja, de qualquer língua que não fosse o português, como parte de uma ampla campanha de nacionalização, a qual se tornou ainda mais coerciva em 1942, quando o país rompeu relações diplomáticas e em seguida declarou guerra à Alemanha hitlerista e à Itália de Mussolini, dando ensejo a uma série de arbitrariedades e violências<sup>10</sup> (Seyferth, 1981).

A censura surge e com ela a política do silêncio. Quando o governo de Getúlio Vargas investiu na construção da identidade nacional definindo critérios que deveriam levar a nação à homogeneidade cultural, há, no mesmo discurso, outros sentidos. A censura vem como forma de apagamento das peculiaridades de grupos minoritários, seja pelos seus *habitus* ou posturas políticas. Ao mesmo tempo, a diferença cultural é reforçada por esses grupos minoritários que também utilizavam (e utilizam) certos atributos para se diferenciarem dos demais brasileiros. A expressão “brasiliiani”, por exemplo, ressalta a imagem do homem do litoral “*que era a desqualificação personificada – preguiça e falta de iniciativa*” (Severino, 1999, p. 49).

Ora, se há discursos que apregoam a importância da homogeneidade cultural, isto significa que não se pode mais fazer silêncio do Outro, e o Outro é apresentado como inimigo a partir do discurso que o descreve enquanto tal. Daí o motivo pelo qual Eni Orlandi fala do silêncio sendo fundante (Orlandi, 1997).<sup>11</sup> E o silêncio imposto pela censura, em Nova Trento como em muitos outros lugares, tornou-se um marco na memória coletiva de seus moradores. Otília Costa Marchi, 76 anos, lembra do tempo em que as casas eram vigiadas.

*Acho que tinha vigia de noite, nós falávamos italiano em casa. Era assim: eu, aquela época eu era um pouco pequena, mas eu me lembro que passava vigia em casa. Eu sei que a mãe dizia, quando nós éramos pequenos, depois tirou o costume, depois sei lá, (...) mas passava vigia pra escutar, é se falava (...) a mãe dizia: olha, reza e vai dormir, porque de noite vem vigia e eu não quero conversa nenhuma aqui. Era uma época difícil de se viver, sabe. A gente não era livre de dizer e não tinha ninguém que entrava dentro de casa. Em casa não, mas é que vinha vigiando, escutando.*<sup>12</sup>

Em outra parte, Otília se refere ao irmão que foi torturado por falar italiano: “Botaram ele na prensa” porque “falava italiano, (...) fez tomar até óleo cru, é, aquela vez, o meu irmão quase morreu”. Na ordem do discurso dominante (oficial) não havia espaço para singularidades (diferenças) e o dialeto tornou-se um elemento peculiar do grupo. Era preciso silenciá-lo, era preciso o silenciamento do Outro, para que um discurso sobre ele o fizesse calar, e um novo espaço de significação fosse instaurado.

Outro entrevistado, Luis Gandim, 89 anos, relata que, neste período de censura da língua, muitos foram presos, mas que, normalmente, eles eram avisados primeiro: “não pode”<sup>13</sup>. Lembra também que “tinha uma turminha que tomava conta” e, neste momento da entrevista, ele faz silêncio. O silêncio é sempre um espaço de significação, como já mencionamos, e Gandim ao se lembrar daqueles que vigiavam, instaura, provavelmente, um novo sentido sobre aquela prática. O interessante é que Gandim faz silêncio e, logo em seguida, desvia o assunto. Dá a impressão de não querer mais falar a respeito.

Percebemos certa resistência de Gandim em falar sobre o período da proibição do uso do dialeto. Mas há um outro silêncio que nos chamou também a atenção. A falta de lembranças no que se refere ao ensino escolar. Em todos os entrevistados era perceptível a resistência para falar sobre o período na escola. É bom lembrar que, em Nova Trento, o que vai servir como diretriz para a vida é o ensinamento religioso, “os princípios religiosos na vivência dos colonos tinham sustentação na internalização da pregação religiosa, trazida dos vales rurais e católicos da Europa” (Moser, 1995, p. 33).

O ensino religioso é recordado pela freira Amália Adammi<sup>14</sup>, 87 anos, que desde a juventude ingressou na Congregação fundada por Madre Paulina. Anita contou que, no período em que estudou até a 4ª série, isto por volta de 1924 a 1928, até as 9 horas da manhã a aula transcorria em italiano e depois desse horário era em português. A educação era dirigida pelas irmãs e pelos padres e a parte disciplinar

<sup>10</sup> Para Giralda Seyferth, a campanha tinha “como premissa erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente, nos três Estados do sul, e incutir nas populações de origem européia (especialmente alemães, poloneses e italianos) o sentimento de brasilidade” (1981, p. 175). Sobre isto, ver também FALCÃO, L. F. *Entre ontem e Amanhã. Diferença Cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Univali, 2000, e CAMPOS, C. M. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistência no sul do Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998, Tese (Doutorado) em História.

<sup>11</sup> A autora diz que “chegamos então a uma hipótese que é extremamente incômoda para os que trabalham com a linguagem: o silêncio é fundante” (p. 31). A censura, num primeiro momento, é um silêncio opressivo, mas na medida em que o silêncio começa a ressignificar a “auto-imagem” de um grupo, ou do próprio sujeito, torna-se fundante.

<sup>12</sup> Otília Costa Marchi nasceu em agosto de 1925, em Botuverá, e aos 6 anos foi morar em Nova Trento. Trabalhou a maior parte do tempo na lavoura. Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2001, Nova Trento.

era bem rígida. Ela relembrou um caso em que um aluno não parava de brincar na sala de aula e a professora simplesmente retirou o chinelo do pé e atirou nele, expulsando-o da sala em seguida.

<sup>13</sup> Luis Gandim nasceu em 14 de agosto de 1911. Trabalhou a maior parte dos anos na lavoura. Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2001, Nova Trento.

<sup>14</sup> Amália Adammi é freira, nasceu em Nova Trento em 1914. Desde a juventude ingressou na Congregação fundada por Madre Paulina.

<sup>15</sup> *Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública*, pelo Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina, João dos Santos Areão, de 10 de janeiro de 1938, p. 8. As escolas subvencionadas eram aquelas que, situadas nas áreas de colonização, passaram a contar com recursos do governo a partir da criação da Inspetoria de Nacionalização do Ensino, em 1919. Mas, no governo de Nereu Ramos, a partir de 1935 (e prosseguindo de 1937 a 1945 como interventor federal), as escolas de um modo geral, e as escolas nas zonas coloniais em particular, tornaram-se alvo de crescente atenção, o que poderia ser relacionado com o “novo lugar que criança e família foram gradativamente assumindo na moderna sociedade brasileira”, de modo a “educar a população, seu corpo e sua mente, disciplinando hábitos e comportamento” (Campos, 2000. p. 149).

O que importa, todavia, ressaltar acerca do ensino religioso é que ele passa a ser encarado com reservas pelas autoridades governamentais quando é ministrado por sacerdotes ou pastores estrangeiros. No relatório do inspetor estadual das escolas subvencionadas, João dos Santos Areão, em 1938, há o relato de que “ninguém melhor do que os padres e pastores podem exercer uma propaganda anti-nacionalizadora”<sup>15</sup>.

No período de campanha de nacionalização houve uma acentuada intervenção no âmbito escolar. De abril de 1937 a abril de 1938 foram “criadas 137 escolas no interior do Estado”<sup>16</sup>. Em contrapartida, neste último ano, haviam sido fechadas 138 escolas particulares, espalhadas em diversas cidades catarinenses, sendo que no ano seguinte, 1939, outras 89 escolas particulares deixaram de funcionar por não poderem cumprir a legislação vigente sobre a nacionalização do ensino.<sup>17</sup>

O silêncio, na maior parte dos entrevistados, com relação ao ensino escolar no município pode estar relacionado com a vida no campo, que não criava muitos estímulos para o investimento nos estudos. Mas a proibição do uso do dialeto, bem como de tudo aquilo que se relacionasse à Itália ou à cultura e ao idioma italiano, teve certamente grande influência neste período: em 1938, Nova Trento possuía dez escolas municipais, com 420 alunos matriculados, mas a frequência efetiva reduzia este número para 213, ou seja, quase 50% a menos do que as matrículas realizadas<sup>18</sup>. Seja como for, estes números talvez expressem o motivo pelo qual os entrevistados evitassem falar sobre educação escolar.

## Deslocamento do sujeito

O segundo momento é a mudança de posição do sujeito. Quando o delegado Pedro Voltolini cogitou a possibilidade de prender a própria mãe por falar italiano, ele se posicionava em uma outra formação discursiva que não tem relação com os sentidos que se referiam aos descendentes de imigrantes em Nova Trento. O próprio poder que ele exercia enquanto delegado o colocava no interior de um discurso que despertava outros sentidos. Para Eni Orlandi, “os sentidos – e os sujeitos – resultam de filiações em redes (na relação de distintas formações discursivas) em cujo jogo somos pegos, pelo (desde o) interior” (2001. p. 205).

Pedro se posicionava em uma formação discursiva dominante, um sujeito que estava sendo produzido pelo e no interior do próprio discurso. Por sua vez, o discurso que remontava às relações da comunidade, que o escrevia no interior de uma unidade, que o fazia ser reconhecido e se reconhecer enquanto italiano, daquele momento em diante era visto de forma negativa, como o Outro. Quando há legitimidade no discurso e uma política do silêncio, significa que o discurso de verdade fala pelo Outro e assim o faz calar. Ao mesmo tempo que o silêncio opressivo faz o Outro calar

para impor uma linearidade discursiva, dominante, os sentidos, ao contrário, são dispersos, fogem às estruturas lingüísticas que tendem a sedimentar os sentidos. Nas malhas discursivas e nas relações de identificação, a posição do sujeito nunca é fixa.

O delegado se posicionava numa rede discursiva em que exercia poder, mas o sentido disto, muitas vezes, era disperso. Assis Cadorin, 74 anos, descreve a reação das pessoas que estavam na fábrica de tecido dos alemães, em Nova Trento, quando o delegado disse: “Sacramenta! Eu não quero que ninguém fale italiano”: naquele momento, segundo ele, os funcionários da fábrica riram porque ele também era italiano, ele também falava italiano.

Ainda sobre o delegado Pedro Voltolini, há um episódio curioso contado por José Lino Hoffmann, de 84 anos. No período em que o entrevistado fazia parte do coral de um igreja, “era da congregação”, foram surpreendidos pelo delegado que os acusou de cantar em italiano. A indignação aumentou porque o delegado “era italiano também” e, para Hoffmann, eles estavam cantando em latim, o que o levou a dizer: “ele vá aprender o que é latim e o que é italiano e se ele é italiano o que ele quer agora?”<sup>19</sup>

Isidoro Maçaneiro Filho, de 79 anos, da região de Alto Pitanga, interior de Nova Trento, não fala italiano, mas faz questão de dizer que “vivi junto aos italianos, meus filhos são tudo casados com italianas, mas se eu preciso falar alguma palavra eu falo, mas eu entendo tudo né, mas é que eu me criei, eu sou filho de (italiano), nós somos brasileiros, é tudo igual hoje em dia”<sup>20</sup>. É visível que o dialeto estabelece laços de identificação reforçando uma descendência. No entanto, Isidoro, posicionava-se, também, em outras redes de filiações, ao se alistar no exército e depois defender as forças brasileiras. Isidoro conta que no quartel, em Itajaí, fez parte do “último batalhão, os outros foram tudo embora para a guerra”, então “o tenente falou assim para nós de tarde, ele fez a chamada e disse: é, agora temos só nós, só um batalhão”. O entrevistado tinha sentimentos fortes pelo país a ponto de falar: “nós ficamos para servir a pátria até a última hora, nem que morresse”. Falas diferentes, posições diferentes, sentidos diferentes coexistem e o silêncio aparece como espaço para a significação do próprio sujeito. Em um primeiro momento o orgulho de “sentir-se italiano”, em outro o de “ser brasileiro”.

Há, ainda, o silêncio como retórica do oprimido, como momento de resistência. Como contou Isidoro, no período da guerra saíram “seis, sete caminhões carregados de soldados, iam tudo embora, mas no caminho fugiam muitos também, eles pulavam de riba do caminhão, pulavam no mato porque a gente vê a rampa da estrada né, é perto, o caminhão ia devagar e pulavam no mato”.

<sup>16</sup> Relatório apresentado em outubro de 1939 ao exmo. sr. Presidente da República, pelo dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Exercício de 1938.

<sup>17</sup> Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário dos Negócios do Interior e Justiça - Dr. Ivo d'Aquino.

<sup>18</sup> Relatório apresentado em outubro de 1939 ao exmo. sr. Presidente da República, pelo dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Exercício de 1938, op. cit..

<sup>19</sup> Lino Hoffmann nasceu em São Pedro de Alcântara em 1917. Mudou-se para Nova Trento ainda quando criança. Trabalhou primeiro na lavoura e depois como jardineiro. Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2001, Nova Trento.

<sup>20</sup> Isidoro Naçaneiro Filho nasceu em 1921. Trabalhou como agricultor. Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2001, Nova Trento.

## O jogo das identidades

Na perspectiva da linguagem, a identidade estaria inserida numa malha discursiva que tende a produzir coerência e unicidade em grupos. Mas, em contrapartida, há movimento de sentidos e há repetição ou errância, tornando impossível pensar em qualquer ponto fixo.

Otília sabe muito de italiano, “porque sou Bergamasca”, ou seja, descendente de imigrantes de Bérgamo, no norte da Itália. Isidoro não fala italiano mas entende porque viveu “junto com os italianos”. Luiz Gandim comentou que fala “melhor italiano que brasileiro”. O curioso é que a população, formada por descendentes de italianos, constrói-se no interior de um território nacional em que os dirigentes políticos procuraram definir a nação enquanto uma cultura homogênea. O dialeto, portanto, era e é decisivo na forma como as pessoas se auto-representam. No entanto, o Estado encarava isto como um perigo, e o uso de língua estrangeira foi o principal motivo para o fechamento de inúmeras escolas, ação esta contrabalançada por um forte investimento na rede escolar que ampliou o número de estabelecimentos e de vagas, além da reestruturação dos currículos, de modo a incrementar a formação de cidadãos leais à pátria e às autoridades constituídas.<sup>21</sup>

Todavia, a educação se efetivava por caminhos que não tomavam a escola como o único ou mais decisivo ponto de referência. A religião, como já vimos, e a vida familiar, mantinham um papel central neste processo, o que se repetia de geração a geração. Com a campanha de nacionalização e as medidas que envolveram o programa educacional do Estado, as diferentes práticas educacionais foram colocadas em xeque, fazendo emergir a escola como a principal responsável pela formação moral e espiritual do futuro cidadão, sem contudo eliminar a importância da religião e da família, dando ensejo a resistências e assimilações cujo resultado revelavam e revelam hibridismo culturais extremamente complexos.

A fala do delegado Pedro Voltolini é emblemática nesta discussão: “Sacramenta! Eu não quero que ninguém fale italiano”. Um primeiro momento – Sacramenta! – que estabeleceu uma relação identitária através do dialeto estruturado em forma de *habitus*. Em seguida – Eu não quero que ninguém fale italiano – o exercício de um poder que o vinculou em outra formação discursiva, mas que também serviu como referência para si mesmo. Contudo, para além de uma simples manifestação individual, esta fala pode ser utilizada para compreender a dimensão ambivalente assumida pela posição identitária dos moradores de Nova Trento, o que nos faz recordar a noção de ponte apresentada por Bhabha (1998, p. 24): um lugar de passagem, um espaço entre fronteiras, uma interseção onde acontecem permutas e estranhamentos. E, neste entre-lugar, os sentidos são múltiplos e instáveis: “eu sou filho de (italiano), nós somos brasileiros”.

<sup>21</sup> Segundo Nereu Ramos, “em 1930 eram apenas 130 as escolas municipais; subiram no último ano a 707”. Relatório apresentado em outubro de 1939 ao exmo. sr. Presidente da República, pelo dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Exercício de 1938, *op. cit.*, p. 163.

## Considerações Finais

Em outras palavras, as arbitrariedades e violências das autoridades governamentais, tentando construir uma unicidade cultural, não foi capaz de elidir as diferenças, ao mesmo tempo em que um singular processo de identificação fez com que muitos indivíduos ficassem cindidos entre as narrativas de um “sentir-se italiano” e os afetos e tensões associados ao Estado-Nação brasileiro. Para tal, tiveram grande relevância tanto o esforço daquelas autoridades na ampliação e reestruturação do ensino proporcionado pela rede escolar, quanto a manutenção de práticas educativas realizadas no ambiente familiar e na experiência religiosa patrocinada pela Igreja Católica, ainda que neste último caso não existisse motivação ou disposição para um confronto explícito com os ditames do Estado. Seja como for, porém, a memória dos personagens diretamente envolvidos nas tensões e embates aqui apresentados permanece saturada de medos, sofrimentos e desgostos que o tempo não apagou, e que as novas gerações herdaram como sombras indefinidas sobre projetos e desígnios acerca de sua inserção na sociedade brasileira contemporânea.

## Referências

- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CAMPOS, C. M. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistência no sul do Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998, Tese (Doutorado) em História.
- \_\_\_\_\_. *As ações do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas*. In: BRANCHER, A. (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- DUTRA, E. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- FALCÃO, L. F. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Univali, 2000.
- GROSSELLI, R. M. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: UFSC, 1987.
- KUNDERA, M. *A insustentável leveza do ser*. 47. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MOSER, A. *A violência do Estado Novo contra “coloni” descendentes de italianos em Santa Catarina*. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Florianópolis.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Identidade lingüística escolar*. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.
- Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública, pelo Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina, João dos Santos Areão, de 10 de janeiro de 1938.
- Relatório apresentado em outubro de 1939 ao exmo. sr. Presidente da República, pelo dr. Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina. Exercício de 1938.
- SEYFERTH, G. *Nacionalismo e identidade étnica. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro no Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1981.
- SEVERINO, J. R. *Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível*. Itajaí: Univali, 1999.